

# DIÁLOGO GLOBAL

Utopias Reais para  
uma sociologia  
global

Erik Olin Wright

Desenvolvimento como  
Justiça: Uma Utopia  
Real da Índia

Kalpana Kannabiran

Confrontando a  
injustiça da água

José Esteban Castro

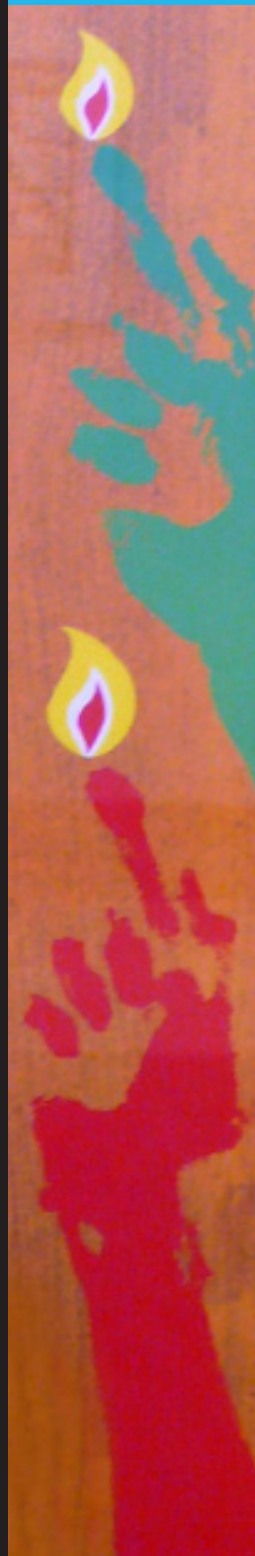
- > Debate sobre o Trabalho Global
- > Celebrando Robert Merton
- > Jovens Sociólogos da Catalunha
- > Sociologia do Oriente Médio em movimento
- > Esquina da História: Evolução da ISA
- > Sociologia Pública: A Revolução Espanhola
- > Carta ao Editor: Coleta de Esterco
- > Apresentando os Editores: O Time Paulista
- > Direitos Humanos: Contra-terrorismo no Reino Unido

NEWSLETTER

DGN 5

VOLUME 1 / EDIÇÃO 5 / JULHO 2011

International  
Sociological  
Association



## > Editorial

**A**sociologia sempre tentou desfatalizar e desnaturalizar o presente, demonstrando que o mundo poderia ser diferente. Assim, nesta quinta edição da Diálogo Global começamos com uma discussão de 'utopias reais', uma ideia avançada por Erik Wright, que se refere às instituições existentes que apresentam algum desafio à lógica do capitalismo. Os artigos seguintes ilustram a ideia de utopias reais: Kalpana Kannabiran escreve sobre uma utopia real da Índia - o desenvolvimento como justiça; Teresa Sorde e Tatiana Santos descrevem experiências recentes de democracia participativa na Espanha, enquanto José Esteban Castro escreve sobre justiça da água na América Latina. Notáveis sociólogos do trabalho abordam a ideia de "utopia real" em uma direção diferente, contribuindo também para o nosso debate em curso sobre sociologia global, explorando a noção de "globalização contra-hegemônica." Assim, Edward Webster discute movimentos de trabalho global, como os da África do Sul, Pun Ngai os da China e de Enrique la Garza, os do México. Farid Alatas faz a cobertura de uma conferência bastante aguardada do Oriente Médio em Teerã, e Ana Vidu relata uma conferência energética de jovens sociólogos em Barcelona, enquanto Nadia Asheulova e Jaime Jiménez relatam a celebração RC23 de Robert Merton, o grande sociólogo da ciência. Colunas especiais tratam de: a ameaça à liberdade acadêmica quando as universidades colaboram com o antiterrorismo, a história da estrutura bicameral da ISA, e de coleta de esturme bovino na África tropical. Finalmente, começamos uma nova coluna que introduz as nossas diferentes equipes editoriais em todo o globo. A este respeito Estou muito feliz em receber uma equipe de jovens sociólogos de Teerã, que traduzirá a Diálogo Global em persa - o nosso décimo idioma.

A Diálogo Global pode ser acessada no [Facebook](#), e no [website da ISA](#).



## > Nesta Edição

Editorial	2
Utopias Reais para uma sociologia global	3
Desenvolvimento como Justiça: Uma Utopia Real da Índia	5
Confrontando a injustiça da água na América Latina	8

### > DEBATE SOBRE O TRABALHO GLOBAL

Uma perspectiva sul-africana	13
Uma perspectiva chinesa	15
Uma perspectiva mexicana	17

### > CONFERÊNCIAS

Celebrando Robert Merton	7
Jovens sociólogos da Catalunha	10
Sociologia do Oriente Médio em movimento	20

### > COLUNAS ESPECIAIS

Esquina da História: A estrutura evolutiva da ISA	7
Sociologia pública: A Revolução Espanhola	11
Carta ao Editor: Coleta de esterco	18
Apresentando os Editores: A Equipe Paulista	19
Direitos Humanos - Antiterrorismo no Reino Unido	21

## > Corpo Editorial

**Editor:** Michael Burawoy.

**Editores Executivos:** Lola Busuttil, August Bagã, Genevieve Head-Gordon.

**Editores Associados:** Margaret Abraham, Tina Uys, Raquel Sosa, Jennifer Platt, Robert Van Krieken.

**Conselho Editorial:** Izabela Barlinska, Louis Chauvel, Dilek Cindoglu, Tom Dwyer, Jan Fritz, Sari Hanafi, Jaime Jiménez, Habibul Khondker, Simon Mapadimeng, Ishwar Modi, Nikita Pokrovsky, Emma Porio, Yoshimichi Sato, Vineeta Sinha, Benjamin Tejerina, Chin-Chun Yi, Elena Zdravomyslova.

#### **Editores Regionais**

**Mundo Árabe:** Sari Hanafi and Mounir Saidani.

**Brasil:** Gustavo Taniguti, Juliana Tonche, Pedro Mancini, Fabio Silva Tsunoda, Dmitri Cerboncini Fernandes, Andreza Galli, Renata Barreto Pretulan.

**Índia:** Ishwar Modi, Rajiv Gupta, Rashmi Jain, Uday Singh.

**Japão:** Kazuhisa Nishihara, Mari Shiba, Yoshiya Shiotani, Kousuke Himeno, Tomohiro Takami, Nanako Hayami, Yutaka Iwadata, Kazuhiro Ikeda, Yu Fukuda.

**Espanha:** Gisela Redondo.

**Taiwan:** Jing-Mao Ho.

**Irã:** Reyhaneh Javadi, Saghar Bozorgi, Mitra Daneshvar, Shahradsad Shahvand.



arranjos institucionais alternativos podem realizar tais valores de forma mais completa. O *real* em “utopia real” também explora alternativas para instituições dominantes, mas focam no problema da dinâmica das consequências não-intencionais e auto-destrutivas. O que nós precisamos é de cabeças abertas e modelos rigorosos de alternativas *viáveis* para a existência de instituições sociais que incorporem nossas aspirações mais profundas de florescimento humano e também leve a sério o problema do desenho prático de instituições operacionalizáveis – e, portanto, estarem atentas para o que é preciso para trazer essas aspirações para o mundo real.

Explorar utopias reais implica em desenvolver a sociologia do *possível*, não apenas do *atual*. Mas como nós fazemos isso sem cair em uma especulação inútil? Uma das mais férteis estratégias é identificar configurações já existentes que violam as lógicas básicas das instituições dominantes de maneira a incorporar aspirações emancipatórias e prefigurar utopias alternativas mais amplas. A tarefa da pesquisa é verificar como estes estudos de caso funcionam e identificar como eles facilitam o florescimento humano; para analisar suas limitações, dilemas e consequências não-intencionais; e entender formas de desenvolvimento de suas potencialidades e expansão de seu alcance. A tentação neste tipo de pesquisa é se tornar um torcedor, exaltando acriticamente as virtudes de promissores experimentos. O perigo é ser um cínico, vendo as falhas como sua única realidade e a potencialidade como uma ilusão.

O estudo de casos empíricos inspiradores, no entanto, é apenas parte da agenda de utopias reais. Focar exclusivamente nos casos empíricos tende a restringir o enfoque e especificar tipos de instituições geralmente localizadas no plano micro das organizações sociais. Nós também precisamos de uma compreensão de que “um outro mundo é possível” no plano macro do funcionamento do sistema social como um todo. No passado este tipo de discussão girava em torno do contraste epocal entre capitalismo e socialismo. Explorar esta

>>

## > Utopias Reais para uma sociologia global

Por Erik Olin Wright, Universidade de Wisconsin, Madison

**Erik Wright é o Presidente eleito da American Sociological Association e o tema do seu mandato será “visando utopias reais”, o qual também é o título do seu último livro. Eu atribuí a ele a tarefa de refletir em menos de 1500 palavras o que ele quer dizer com utopias reais e quais é sua relevância para a sociologia global. Você acha que ele passou?**

A ideia de utopias reais está enraizada no que pode ser denominado de reivindicação fundamental de todas as formas de sociologia crítica: nós vivemos em um mundo em que formas de sofrimento humano e os déficits de florescimento humano são o resultado da organização de nossas estruturas e instituições sociais. Pobreza em meio à abundância não reflete alguma lei inalterável da natureza; ela é o resultado do caminho existente de organizações sociais de poder e desigualdade que afetam massivamente as possibilidades de florescimento humano. Esta reivindicação fundamental sugere três tarefas centrais para uma sociologia

crítica: primeiro, o diagnóstico das causas sociais desses danos; segundo, a elaboração de instituições e estruturas alternativas; e terceiro, o desenvolvimento de uma teoria da transformação que nos diz como percorrer este caminho. O estudo de utopias reais é um caminho de abordagem da segunda destas tarefas.

A utopia em “utopia real” significa pensar sobre alternativas para instituições dominantes no sentido de incorporar nossas mais profundas aspirações para um mundo justo e humano. Isto é fundamentalmente uma questão moral: figurando fora dos padrões morais pelos quais as instituições devem ser julgadas e explorando como

variedade de alternativa ao nível de sistema requer mais análise teórica abstrata dos diferentes modelos de estruturas sociais e econômicas. Uma sociologia das utopias reais totalmente desenvolvida integra a investigação empírica concreta das instituições que prefiguram alternativas emancipatórias com esta discussão teórica abstrata dos princípios subjacentes aos sistemas alternativos.

Neste curto ensaio não há espaço para elaborar uma agenda completa. O que nós podemos fazer é trazer contribuições à idéia básica de estudar utopias reais ao examinar dois exemplos de casos empíricos ilustrativos. Cada um dos casos incorpora, ainda que em sentido parcial e incompleto, a visão radical do utópico, alternativas igualitárias para a existência das instituições. O primeiro vem do Hemisfério Sul; o segundo do Hemisfério Norte.

### >Orçamento Participativo Urbano

A ideia de uma ‘democracia direta’ na qual cidadãos pessoalmente participam através de decisões democráticas dentro de uma assembleia política parece, para a maioria das pessoas, uma ação desesperada e impraticável dentro de uma sociedade complexa. O desenvolvimento do que vem a ser conhecido como “orçamento participativo” é um forte e verdadeiro desafio para a utopia real sobre a sabedoria convencional. Aqui vai um breve relato: o orçamento participativo foi introduzido quase por acidente em Porto Alegre, Brasil, em 1989. Porto Alegre é uma cidade com cerca de 1,5 milhão de habitantes localizada no sul do país. No final de 1988, depois de longos anos de ditadura militar e um período de transição para a democracia, um partido de esquerda venceu as eleições na cidade, mas não controlou a assembleia da cidade e então encarou a expectativa de ter quatro anos no gabinete sem ter a possibilidade de fazer muito para avançar seu programa político progressista.

Diante desta situação, os ativistas no partido fizeram a pergunta clássica: o que há para ser feito? Sua resposta foi uma notável inovação institucional: o

orçamento participativo, uma original elaboração do orçamento ancorada na participação direta de cidadãos ordinários. Ao invés de o orçamento ser elaborado do topo para a base, Porto Alegre foi dividida em regiões, cada uma das quais com uma assembleia de orçamento participativo. Há também um número de assembleias orçamentárias sobre vários temas de interesse para a municipalidade inteira – festivais culturais, por exemplo, ou transporte público. A incumbência de cada destas assembleias é formular propostas orçamentárias concretas, particularmente para projetos de infraestrutura de uma ou outra espécie. Cada habitante da cidade pode participar destas assembleias e votar nas propostas. Depois de ratificar estes orçamentos regionais e temáticos, a assembleia escolhe delegados para participar em um conselho orçamental que abrange a cidade toda por alguns poucos meses, até que um coerente e consolidado orçamento municipal ser adotado.

O orçamento participativo tem funcionado em Porto Alegre efetivamente desde o começo da década de 1990. Em alguns anos o processo é vibrante, envolvendo ativamente milhares de habitantes nas deliberações orçamentárias da cidade; em outros anos, especialmente quando o gasto discricionário é limitado, a participação declina. Em todo o caso, o orçamento participativo tem contribuído para um revigorante envolvimento público nos assuntos da cidade e redirecionando seus gastos para as necessidades dos pobres e desfavorecidos, em contrapartida às elites. Integralmente, então, o orçamento participativo abriu espaço para uma expansão e aprofundamento da democracia através dos limites do que foi pensando possível.

Nos anos seguintes à invenção do orçamento participativo em Porto Alegre, houveram mais de 1000 cidades pelo mundo que implantaram alguma forma similar de participação. Esta é uma instância em que uma utopia real inovadora no Hemisfério Sul tem migrado para as regiões desenvolvidas do mundo.

### >Wikipedia

Imagine que em 2000, antes da Wikipedia existir, alguém se propôs a produzir, dentro de dez anos, uma enciclopédia com cerca de 3,5 milhões verbetes ingleses suficientemente qualificados e se tornaria o primeiro lugar para onde milhões de pessoas se voltariam para conseguir informações básicas dentro de uma grande variedade de tópicos. Então suponha que esta pessoa propôs o seguinte desenho institucional para produção e distribuição da enciclopédia: (1) os verbetes seriam escritos e editados por centenas de milhares de pessoas ao redor do mundo sem pagamento; (2) qualquer um poderia ser um editor e modificar qualquer verbete da enciclopédia; (3) o acesso à enciclopédia seria livre para qualquer um no mundo. Impossível! Imaginar centenas de milhares cooperando para produzir uma enciclopédia confiável e de alta qualidade, sem gerar qualquer pagamento e distribuindo isto sem encargos, voando diante da teoria econômica que insiste que este tipo de generalizada cooperação precisa de incentivos monetários e hierarquia para ser efetiva. Wikipédia é um meio profundamente igualitário e anti-capitalista meio de produzir e compartilhar conhecimento. Ela é baseada no princípio comunista “para cada um de acordo com sua necessidade, de cada um de acordo com sua habilidade”. Ela é organizada conforme princípios centrais de controle hierárquico. E, em menos de uma década, ela destruiu o mercado de enciclopédias que existiu desde o século XVIII.

A Wikipédia é o mais familiar exemplo de uma nova forma de produção não-capitalista e anti-mercadológico que emergiu na era digital: *peer-to-peer*, colaborativa, produção não-comercial. Estas novas formas de produção, por sua vez, estão intimamente conectadas a um número de outras dimensões utópico-reais da economia da informação, como o *Creative Commons*, licenças *copyleft* e *softwares* abertos. O que resta perceber, é claro, é se estas novas formas serão corrosivas às formas de direitos autorais do capitalismo convencional, ou simplesmente aumentarão a diversidade de formas econômicas dentro de uma economia capitalista dominante. ■

# > Desenvolvimento como Justiça: Uma Utopia Real da Índia

Por Kalpana Kannabiran, Conselheiro para o Desenvolvimento Social, Hyderabad, Comitê da ISA



Adivasis protestando em frente à casa do governador contra a desapropriação em Jharkhand.

**N**a Índia o denso discurso de desenvolvimento é tão internamente diverso, ironicamente, quanto a deslumbrante biodiversidade das nossas florestas, colinas e terras florestais, embora nem perto de ser energizado o quanto poderia, se fosse conservado. Ao invés de seguir um caminho por este discurso, eu tentarei traçar algumas conexões que emergem de meu trabalho com as comunidades Adivasi e nossos engajamentos coletivos com a Constituição e a lei no curso deste trabalho.

Para começar, há muitos caminhos de abordar o 'desenvolvimento'. As associações dominantes do termo são: 'substituição', 'grandes danos', 'degradação ambiental', 'revolução verde', 'crescimento econômico', mineração, ocupação armada, apropriação do conhecimento indígena, do comércio, liberalização e globalização. Um pouco abafado pelo rolo compressor do 'desenvolvimento' – tanto sua prática e importância, a resistência para isto – é o 'outro desenvolvimento' associado à sustentabilidade, permacultura, proteção ambiental, o cultivo de sistemas ecológicos e sistemas de conhecimento tradicional. Incluídas aqui estão as pequenas, porém determinante, lutas pela sobrevivência, voz e visibilidade em todo o subcontinente da Índia – a resistência para POSCO<sup>1</sup>, Vedanta, Narmada, Polavaram; e a resistência em Chhattisgarh e Manipur, dentre outros. A lista é um livro por ela mesma.

Se nós utilizarmos as estruturas deste 'outro desenvolvimento' como nosso ponto de partida, dificilmente se poderá contestar que o pluralismo e a diversidade (de todas as

formas de vida) devem caber em seu centro. Um olhar atento sobre as lutas por sobrevivência e dignidade de comunidades e praticantes do 'outro desenvolvimento' (perdoem a falta de jeito desta formulação, mas é muito alterizada e distanciada da norma), ressalta a inatingibilidade prática da justiça como seu problema central. Embora seja importante olhar para o desenvolvimento como liberdade, e mapear cuidadosamente as maneiras pelas quais cada desenvolvimento pode ser alcançado através da realização das capacidades (veja o enorme *corpus* de escritos, especialmente por Martha Nussbaum e Amartya Sen), é necessário também reexaminar as barreiras para a liberdade e a realização das capacidades em suas especificidades históricas e sociais; é imperativo entender os meios que a nossa ordem social engendra o desenvolvimento do subdesenvolvimento e da falta de liberdade (para voltar a um velho debate).

Entre as comunidades Adivasi, existem mais de 500 tribos reconhecidas nos termos do Artigo 342 da Constituição da Índia, que estão espalhadas pelo país, com exceção dos estados de Punjab, Haryana, Déli, Pondicherry e Chandigarh. As regiões Central e Nordeste da Índia possuem a maior concentração das comunidades Adivasi; sendo a proporção de mais de 50% nos estados do Nordeste, Lakshadweep, Dadra e Nagar Haveli. Destes, cerca de 75 são descritos como Grupos Tribais Primitivos [PTGs] no discurso oficial, uma descrição que é ostensivamente baseada no habitat, na economia e tamanho populacional – mas que também é uma descrição estigmatizante.

>>

A não-discriminação e a liberdade assumem uma ressonância muito distinta para os Adivasis. Tribos nômades e semi-nômades, assim como tribos pastoras e engajadas na caça, coleta de alimentos e agricultura itinerante, requerem a garantia da liberdade de movimento com o direito a uma territorialidade móvel. Tribos que vivem em áreas reconhecidas pelos Incisos V e VI da Constituição indiana requerem o direito de permanecer nessas áreas sem o medo de serem desapropriadas, assegurando-lhes a liberdade de não se moverem. Pessoas pertencentes a tribos listadas nestes termos que vivem em áreas irregulares não possuem qualquer garantia de proteção de sua terra natal, mesmo que estas possam ter existido por gerações.

Em todos estes casos, o direito à liberdade é expresso nos termos da definição da territorialidade – terras natais que podem ser móveis ou fixas, mas que conferem uma identidade particular a seu povo, permitindo práticas distintas de sustento. As relações da terra têm sido o cerne do trabalho dos adivasi com a lei e a Constituição – ambos no caso das comunidades camponesas ou não – de modo que grandes vitórias foram ganhas através de lutas dentro dos tribunais de Justiça.

Dado que uma maioria de comunidades Adivasi são moradores das florestas, a questão da terra natal não é limitada à terra, mas se estende à sua presença em toda a floresta. Dessa forma, as preocupações destas comunidades não se limitam à subsistência e residência por si mesmas, mas se espalham por questões de ecologia, meio-ambiente, conservação, regeneração e sistemas de conhecimento que fazem parte da economia política da floresta. Devido à sua estreita relação com a vida da floresta, eles são alvos fáceis de autoridades e grupos em nome da proteção da vida selvagem e conservação da floresta.

A localização deles na floresta dá margem para em torno da governança, autonomia e auto-determinação, assim como do direito das florestas – lutas que representam uma ameaça à concepção de soberania assegurada pelo Estado neoliberal desenvolvimentista. No entanto, é a própria defesa da autonomia – expressa no slogan dos Adivasi “maava naate maava raaj” [nossa terra, nossas regras] mas também nos Incisos V e VI da Constituição indiana – que protege especificamente a terra natal dos adivasi e provém linguagem, ferramentas e estratégias para responder à insensível, hegemônica e violenta soberania e tenta limitar o alcance da Constituição.

Os Adivasis também cada vez mais se sentem confrontados pelo poderoso *lobby* na Suprema Corte, que está localizada a uma distância física e social intransponível a partir deles. Eles têm afirmado, contudo, seus direitos com uma tenacidade que foi sua herança primária ao longo das gerações – embora a imaginação popular tenda a estigmatizá-los como “simples” e “sem astúcia”.

O Ato Panchayat pela Extensão das Áreas de Proteção Governamental de 1996 (PESA), as Castas Reconhecidas e Outros Habitantes Tradicionais da Floresta (Reconhecimento dos Direitos da Floresta) Ato de 2006 (Ato pelos Direitos

da Floresta) são designados para regular a governança e autonomia política. Como tal, eles se tornaram o pára-raios de intensas lutas e deliberações por redes Adivasi de todo o país. Num aspecto importante, os debates ao redor destes atos representam um exercício no popular e até mesmo constitucionalismo transformativo.

**“... é produtivo utilizar o constitucionalismo para promover a conexão próxima de desenvolvimento e justiça”**

Para os Adivasi aproveitarem o direito à não-discriminação protegido pela Constituição da Índia, o direito de liberdade deve traduzir-se em liberdade de colonização interna, um direito que foi assinado em 1950, o ano em que a Constituição entrou em vigor com força. Ele é, portanto, apto a situar a PESA e as Forest Right Acts (FRA) no âmbito da estrutura da moralidade constitucional. Para Ambedkar, o grande defensor dos direitos populares e constitucionais, funcionamento pacífico de uma Constituição Democrática requisitou “*uma forma de administração [...] apropriada e no mesmo sentido da Constituição*”.

Nós agora podemos reformular a questão: Como a discriminação produz exclusão a partir de um desenvolvimento concebido nos termos da justiça? É este contexto de múltiplas camadas da discriminação e uma multiplicidade de interseções de opressões que precisam ser levadas em conta na construção de uma ideia de desenvolvimento. Dadas as específicas e crescentes manifestações da discriminação e sua tendência à auto-perpetuação, a ideia de desenvolvimento não deve permanecer, como foi em sua maior parte no passado, um projeto anti-constitucional, mas entrar no campo do constitucionalismo e proliferar suas ferramentas. Embora o campo da justiça possa ser aberto de muitas maneiras diferentes, é produtivo utilizar o constitucionalismo para promover a estreita ligação do desenvolvimento e da justiça. Quais aspectos de constitucionalismo são indispensáveis para esta ideia de desenvolvimento enquanto justiça? Se concordarmos que o pluralismo e a diversidade, sem prejuízo, são idealmente o pulsar de uma sociedade vibrante e justa, e portanto, central para ideia de desenvolvimento, como a Constituição lida com este imperativo?

A abordagem de constitucional aborda o desenvolvimento como um esforço limitado em que a justiça e a liberdade são espacialmente e socialmente protegidas e realizadas em conjunto pelo Estado democrático – responsável pela proteção contra danos, pela distribuição dos bens e a realização das capacidades, em resumo, um repositório -chave da moralidade constitucional. Estas não são responsabilidades que fácil ou voluntariamente suportadas por um governo, mas elas são inegavelmente responsabilidades do Estado que pode disciplinar os governos, especialmente quando sujeitos às pressões dos movimentos pelas liberdades civis e direitos dos Adivasi. ■

## > Esquina da História

### Associações Nacionais e Comissões de Pesquisa

por Jennifer Platt, Vice-Presidente de Publicações da ISA

**A**s Associações nacionais são membros coletivos da ISA, e as Comissões de Pesquisa são também uma parte vital de sua estrutura interna, mas suas funções mudaram consideravelmente ao longo do tempo. Quando a ISA foi fundada em 1949, sob os auspícios da UNESCO, o modelo de representação nacional das Nações Unidas foi usado. Existiam poucas Associações Nacionais de sociologia naquela época. Isso mudou rapidamente, os países foram encorajados a criar suas associações e, em 1959, 35 associações se juntaram à ISA. O Conselho Dirigente da ISA era constituído por representantes dos países membros, que elegiam o Comitê Executivo (EC) entre si. Ainda havia uma Comissão de Pesquisa (RC), que decidiu começar a trabalhar com questões de estratificação social e mobilidade. Ao final dos anos 1950, no entanto, por meio de subcomissões, pesquisas foram se proliferando para outros campos, como a família. Contudo, cada subcomissão permaneceu em um pequeno grupo de trabalho, que recrutava seus membros por convite, sem que houvesse mais de dois representantes do mesmo país.

Ao longo do tempo, as Subcomissões de Pesquisa passaram a serem vistas como mais ativamente internacionalistas e, portanto, merecedoras de um papel mais saliente. Em 1970, importantes mudanças constitucionais tanto abriram as Subcomissões de Pesquisa quanto intruziram a adesão individual, enquanto os membros do Comitê Executivo não eram mais escolhidos apenas a partir dos membros do Conselho Dirigente. O Conselho de Pesquisa foi criado e elegeu quatro membros do Comitê Executivo para se juntarem aos 11 representantes nacionais. Quanto mais as Comissões de Pesquisa se tornaram abertas, muito maiores elas ficaram e alguns membros não eram mais tão ativos na pesquisa de seu campo, e portanto, participar da Comissão de Pesquisa tornou-se menos prático. Gradualmente, as Comissões de Pesquisa tornaram-se mais salientes na direção e, em 1994, a estrutura atual foi introduzida, na qual as Comissões de Pesquisa e as Associações Nacionais atendem a um Conselho, votam e compõem metade dos membros do Comitê Executivo.

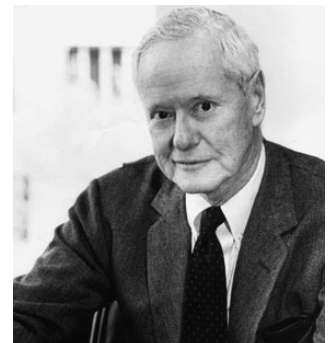
A Comissão de Pesquisa elegia o Vice-Presidente de Pesquisa, contudo isso deixou alguns representantes nacionais insatisfeitos com seu papel limitado. Em 2002, foi acordado a criação de um Vice-Presidente das Associações Nacionais, e Sujata Patel foi eleito como o primeiro titular do cargo. Isso tornou novamente

as Associações Nacionais ativas. Os dois vice-presidentes desenvolveram um padrão de organização de uma conferência à margem da necessária reunião do Conselho entre os Congressos Mundiais. Essa conferência e a reunião do Conselho permitiriam, simultaneamente, uma participação mais eficaz e mais ampla nos assuntos da ISA, como também, associa a estrutura de governança e os padrões da vida intelectual. As publicações coletivas que têm aparecido nos últimos anos mostram a nova energia intelectual desta estrutura bipartite.

## > Celebrando Robert K. Merton

Por Nadia Asheulova, Centro para a Sociologia da Ciência e Estudos da Ciência, filial de São Petersburgo, Academia Russa de Ciências, membro da Diretoria - RC23<sup>1</sup>; e Jaime Jiménez, Universidade Nacional Autônoma do México, Comitê Executivo da ISA

**O** centésimo aniversário do nascimento de Robert Merton foi celebrado em julho de 2010. Ele foi um dos principais sociólogos do século XX. Não foi somente esta data que nos fez olhar para Robert Merton, mas também o fato de que seu nome esteve intimamente ligado à emergência e ao reconhecimento da Sociologia da Ciência como um sub-campo da sociologia. Em 1966, Merton co-fundou (com Joseph Ben-David) o Comitê de Pesquisa da ISA



Robert Merton, 1910-2003.

23 - Sociologia da Ciência (e Tecnologia) e então se tornou seu primeiro Presidente até 1974. Ele também atuou como Membro Associado do Comitê Executivo da ISA em 1970-71. Merton nasceu na Filadélfia em 1910, de pais imigrantes da Ucrânia. Seu nome está ligado a várias direções da pesquisa sociológica, mas, principalmente, se tornou um epônimo para a Sociologia da Ciência. A frase “sociologia da ciência mertoniana” tornou-se amplamente aceita pela comunidade científica. Merton foi o primeiro sociólogo a receber a Medalha Nacional de Ciência, a mais alta honraria científica nos EUA, em 1994. Concentrando-se na teoria de “alcance médio” –ao invés da grande teoria ou do empirismo abstrato-Merton estabeleceu conceitos que foram incorporados na vida cotidiana. Ele cunhou o conceito de profecia auto-realizável, desenvolvendo a idéia de papéis modelos e criou, com seus colegas, a entrevista focada que mais tarde evoluiu para grupos focais -uma distorção da idéia original de Merton. Em 1942, Merton ganhou muita atenção quando descreveu o ethos da ciência, e as conseqüências desses valores no comportamento dos cientistas em contextos institucionais. O trabalho de Merton teve conseqüências para além da academia, incluindo seu estudo sobre comunidades integradas com sucesso, que, por sua vez, ajudou a moldar o

>>

caso Brown vs. Board of Education, que, por sua vez, levou a Suprema Corte a decidir pelo fim da segregação das escolas públicas dos EUA. Merton é provavelmente mais conhecido pelo seu trabalho *The Sociology of Science: Theoretical and Empirical Investigations*, e por ter cunhado o efeito de Matthew que se referia ao fenômeno dos ricos ficando mais ricos e os pobres ficando mais pobres, ou seja, a acumulação da vantagem. Bíblico em sua origem, o conceito descreve o fenômeno social na ciência em que poder e capital

econômico ou social revertem para aqueles que já os tem, eles alavancam então estes recursos para ganhar mais poder ou capital. Uma edição especial em homenagem ao centésimo aniversário foi publicado pela Academia Russa de Ciências, filial de São Petersburgo, e pelo Comitê de Pesquisa 23. ■

<sup>1</sup> Comitê de Pesquisa em Sociologia da Ciência e Tecnologia.



Passada contra a privatização da água, Fórum Social Mundial em 2003.

## > Confrontando a injustiça da água

Por José Esteban Castro, Newcastle University, (Reino Unido) Comitê de Programa da ISA

**N**a década de 1980 as Nações Unidas estabeleceram como objetivo trazer 40 litros de água limpa e potável diariamente a todo ser humano até 1990: na “Década de água”. É desnecessário dizer que o objetivo não foi alcançado, de forma que em 1990 cerca de 17% da população mundial não possuía acesso nem mesmo a 1 litro de água limpa, enquanto 40% necessitavam de

acesso a saneamento básico. Então as Nações Unidas adotaram os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (MDGs) no ano de 2000. Estes, em comparação aos objetivos da “Década da Água”, parecem mais frágeis e até mesmo retrógrados, talvez como resultado da influência do conservadorismo de livre mercado dominante na década de 1990.

Os MDGs para água e saneamento básico imaginavam reduzir pela metade a proporção da população mundial com falta de acesso a esses serviços até 2015. Apesar de especialistas afirmarem que estes objetivos são mais “realistas” do que os da década de 1980, na prática isso significa aceitar que milhões de seres humanos continuarão a sofrer e morrer de doenças preveníveis num

>>



futuro próximo. Na realidade, relatórios oficiais da ONU que monitoram o progresso das MDGs mostram que em algumas das regiões mais pobres do mundo a situação piorará, e embora a maioria dos países possa alcançar o objetivo de ter água limpa, muitos falharão no objetivo de possuir serviços de saneamento básico. Para piorar a situação, o cumprimento das MDGs para água e saneamento também pode implicar no agravamento das condições ambientais, de forma que mais água doce teria que ser utilizada para satisfazer a população não-atendida e haveria um aumento significativo do fluxo de água residual. Se levarmos em consideração que no Hemisfério Sul apenas 5% da água residual recebe algum tipo de tratamento antes de ser lançada ao meio ambiente, entre outras razões por causa dos enormes custos envolvidos, torna-se claro que o cumprimento das MDGs não requer somente esforços econômicos, financeiros e logísticos substantivos, mas também implicações éticas políticas espinhosas e a longo prazo.

### > **Lutas sociais e a mercantilização de bens públicos**

A situação internacional sobre este assunto pode ser ilustrada pelo fato de que a iniciativa da ONU de declarar o acesso diário a poucos litros de água limpa um “direito humano” tem sido firmemente combatida por muitos países, particularmente no Norte rico. Embora em 2010 a ONU finalmente conseguiu obter uma maioria de votos em favor de tornar o acesso à água um direito humano, a maioria desses países que se opôs à iniciativa se absteve de votar. Isto não está desconectado do fato de que desde a década de 1980 as políticas promovidas em todo o mundo para “resolver” a crise da água e saneamento foram centradas na privatização e mercantilização da água e de serviços à base de água, o que exigiu o abandono da noção de que o acesso aos serviços básicos é um bem social ou público. Apesar das claras políticas de privatização da água terem sido derrotadas em muitos países, o processo de mercantilização é implacável e procede independentemente da identidade dos provedores de serviços públicos, privados ou da “sociedade civil”. As companhias públicas são

frequentemente solicitadas a se comportar como negócios privados, colocando a eficiência econômica (geralmente entendida como “lucro”) antes da eficácia social (i.e. fornecendo um serviço universal a todos independentemente da sua capacidade de pagar por ele). Além disso, muitos operadores públicos têm que entrar em “parcerias” público-privado, geralmente uma privatização *de facto* com um nome diferente, a fim de obter acesso a fundos de investimento. Estes e outros problemas, incluindo práticas prolongadas de corrupção, ineficiência e irresponsabilidade, que caracterizam, em muitos casos, os serviços públicos, e não apenas nos países pobres, continuam a ser a fonte de multiplicação de confrontos sociais e políticos.

O acesso à água e aos serviços de saneamento são claramente aspectos fundamentais da vida civilizada que continuam a estar além do alcance da grande proporção dos seres humanos. Entretanto, os problemas acima destacados são apenas a ponta do *iceberg* das condições estruturais de desigualdade e injustiça características da relação dos humanos com a água e, de forma geral, com o ambiente natural. Sem abandonar o tópico sobre a água, levaria ainda muito espaço para fornecer uma descrição superficial sobre a característica multidimensional dessas condições. Há, ainda, alguns assuntos de particular relevância que devem ser mencionados neste breve artigo. Eles incluem a expansão descontrolada de mineração a céu aberto, que desde a década de 1990 tem sido estendida a regiões do planeta onde a mineração tinha sido bastante marginal, como em grande parte da América Latina. Atualmente, a mineração a céu aberto do México à Patagônia está destruindo geleiras e florestas, contaminando a água e o solo com cianeto, mercúrio e outras substâncias nocivas e, deslocando – muitas vezes com força –, ou envenenando populações humanas. Nas raízes das contínuas – embora muitas vezes silenciadas ou ocultas – lutas sociais ao redor do mundo estão: o intenso desmatamento com consequências significativas para os sistemas hidrogeológicos, comunidades humanas e padrões globais climáticos de forma mais

geral; a construção de infra-estrutura hídrica de grandes obras, incluindo barragens, desvio de rios, e hidrovias; e a destruição dos ecossistemas aquáticos frágeis, como manguezais e áreas úmidas para abrir espaço para a expansão das atividades empresariais.

### > **Confrontando a desigualdade de água e injustiça**

De uma perspectiva sociológica que enfatiza o potencial transformador do conhecimento científico, esses processos possuem um caráter binário: eles são dignos e relevantes enquanto objetos intelectuais de estudos, mas o conhecimento resultante desses esforços intelectuais também possui consequências bastante práticas, materiais e fundamentalmente políticas, sejam elas reconhecidas ou não. Esta é uma premissa fundamental dos atuais esforços inter e transdisciplinares de pesquisa em discussões sobre a desigualdade da água e injustiça na América Latina e no Caribe, conduzidos pela rede de pesquisa WATERLAT ([www.waterlat.org](http://www.waterlat.org)). A abordagem da rede de pesquisa é composta por três hipóteses principais:

1) O caráter capitalista de governo e de gestão da água. O fato de que a dinâmica central que crescentemente estrutura as atividades relacionadas ao governo e à gestão da água ao redor do mundo é em grande parte dirigida pelo processo de acumulação de capital. Considerações como a necessidade de enfrentar a insustentabilidade ambiental, a desigualdade e a injustiça são subordinadas à dinâmica dominante do processo de acumulação.

2) A sociogênese do desamparo<sup>2</sup> em relação à água. Os seres humanos estão expostos a uma ampla gama de perigos e riscos relacionados às formas em que a água é governada e gerida. Estes perigos e riscos derivam de uma série de causas – da falta de acesso à água limpa e aos serviços essenciais à exposição a fenômenos naturais ou antropogênicos como inundações, secas ou poluição. Apesar do crescente e sofisticado conhecimento técnico-científico e da capacidade de prever e intervir, tais perigos e riscos continuam a estar entre as maiores ameaças à civilização humana. A WATERLAT coloca

ênfase não somente no estudo da vulnerabilidade e fragilidade humana, mas mais fundamentalmente na sociogênese do desamparo que afeta um grande proporção da população mundial no que diz respeito a essas ameaças.

3) Confrontando o desamparo através da democratização substantiva do uso, gestão e controle da água, mas também a democratização da produção e do acesso ao conhecimento sobre a água. A WATERLAT adota uma abordagem transdisciplinar, que reúne acadêmicos e uma ampla gama de atores sociais envolvidos na luta para democratizar estas atividades relacionadas à água. Estes atores incluem criadores e implementadores de políticas, gestores da água, movimentos sociais, sindicatos, organizações de meio ambiente e comunidades indígenas, entre outros.

A WATERLAT realizou a sua reunião anual de 2010 em São Paulo, Brasil, que incluiu uma conferência

internacional de 3 dias sobre “A tensão entre justiça social e ambiental: o caso da gestão da água”. A conferência teve cerca de 300 participantes da Argentina, Bolívia, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, Haiti, Itália, México, Nicarágua, Peru, Espanha, Suécia, Reino Unido, Uruguai e Venezuela. Um livro eletrônico com mais de 100 páginas (em sua maioria em espanhol e português) apresentado no evento está disponível online (<http://www.waterlat.org/publications.html>), e um DVD com a síntese das atividades, incluindo gravações de vídeo de palestras e entrevistas com participantes também está disponível via pedido (e-mail: [waterlat@ncl.ac.uk](mailto:waterlat@ncl.ac.uk)).

O próximo encontro da rede será realizado na Cidade do México entre 24 e 26 de outubro de 2011, organizado pela Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO México), um dos parceiros da rede. O evento será dedicado à “Luta contra a desigualdade e injustiça da água na América Latina e Caribe”, e contará

com conferências, mesas-redondas, workshops e reuniões com o público. Cada dia será centrado em um tema. O primeiro dia terá foco nas “Formas de desigualdade de água, injustiça e desamparo”, enquanto o segundo será direcionado às questões de “Desigualdade, injustiça e impotência na interface da saúde entre a água e o público”. Finalmente, o terceiro dia se concentrará em “Confrontando a desigualdade de água, injustiça e desamparo: um desafio x-disciplinar”. Informações atualizadas sobre o encontro estarão disponíveis online em: (<http://www.waterlat.org/AcademicEvents.html>). ■

<sup>1</sup> 40 litros é de acordo com algumas estimativas, a quantidade mínima de água potável necessária para satisfazer as necessidades básicas.

<sup>2</sup> Enquanto “vulnerabilidade” implica a propensão a ser ferido ou sofrer ataques e “fragilidade” é a qualidade ou estado de uma coisa que pode ser facilmente quebrada ou destruída, “desamparo” incorpora a dimensão social do problema: é a propriedade dos seres humanos sem seus meios de defesa, isto é, a propriedade de estar desarmado.

## > Jovens Sociólogos, jovens perspectivas

Por Ana Vidu, Universidade de Barcelona



| Jovens sociólogos da Catalunha

a sociologia. A conferência foi aberta com uma palestra da Dra. Pun Ngai da Universidade Politécnica de Hong Kong. Ela descreveu o envolvimento de jovens sociólogos chineses na investigação e condenação da exploração laboral. Ela encontrou uma causa comum com seu público quando apontou para as formas pelas quais a sociologia pode contribuir para uma sociedade mais democrática. Ela nos inspirou a construir uma rede global de sociologia para jovens sociólogos

Na mesa redonda sobre O futuro da Sociologia tivemos um debate sobre a forma como a sociologia pode se tornar um serviço público. “Nós precisamos parar de analisar o que já sabemos, precisamos parar de publicar sobre temas que são de pouco interesse público, em vez disso, atender as demandas da sociedade”. Também

**N**osso papel na Sociologia é essencial... o fato de 300 de nós, jovens sociólogos, estarmos aqui hoje é a chave para o futuro desta disciplina”. Com estas palavras o presidente da Associação Júnior de Sociologia – um estudante de mestrado e pesquisador júnior – abriu o 4º Congresso Catalão de Jovens Sociólogos, realizado em 29 e 30 de

abril de 2011 em Barcelona. Pela primeira vez, estudantes (graduandos, mestrandos e doutorandos) de Madri, Granada, Málaga e Valência também se juntaram aos da Catalunha. Cerca de 90 trabalhos foram entregues em temas como identidades, racismo, desemprego, democracia, sexualidade e ecologia - demonstrando aos colegas e professores nosso compromisso com

>>

tivemos sessões sobre a profissionalização da sociologia, compartilhando conhecimentos e experiências de pesquisas aplicadas e acadêmicas. Encontramos espaço para discutir nosso futuro na profissão e uma colaboração possível com outras organizações como a Sociedade Catalã de Sociólogos Profissionais e Politologistas.

O Congresso está organizando uma rede jovens sociólogos comprometidos em desenvolver uma sociologia com rigor

científico e comprometida socialmente. Será desenvolvido um site para a Associação Júnior de Sociologia, bem como sua presença no Facebook e Twitter. Por último, mas não menos importante, a festa do Congresso foi outro momento chave onde nós pudemos debater, criar projetos, fazer amigos e também dançar! ■

## > Sociologia na Revolução Espanhola

Por Teresa Sordé, Universidade Autônoma de Barcelona e Tatiana Santos, Universidade de Girona



Praça da Catalunya, Barcelona - "Este lugar tem sido reivindicado pelo povo".

O Washington Post apelidou o nosso movimento que começou em 15 de maio como "A Revolução Espanhola" – um movimento que se espalhou muito além da Espanha e chegou até o Japão. Cidadãos se apropriaram do espaço público para debater, discutir, refletir e, finalmente, em comum acordo sobre como eles gostariam de reorganizar a habitação, a saúde, a educação e outras esferas da sociedade. O povo elabora as suas propostas particulares através de uma forma "dialogica" de democracia, com base na discussão

da sociedade civil com ela mesma – uma discussão que ocorre longe das instituições formais de poder e de decisão política. Entre as idéias mais difundidas é o princípio de que "ninguém nos representa". Assim, O Movimento 15 de maio desenvolveu uma forma política distinta baseada na auto-organização coletiva da sociedade civil através de assembleias. Os espaços públicos são, assim, abertos para pessoas de diferentes culturas, idades, níveis educacionais e todos eles possuem voz igual para expressar suas opiniões.

Na Praça Catalunya de Barcelona (Praça da Catalunha), encontramos um desses espaços, um dos mais fortes "agoras" neste movimento. Dentro do acampamento permanente na praça, o ponto central é a Assembléia Geral diária, apoiada por comissões que têm por base as necessidades e exigências do movimento. Qualquer pessoa que vem para a praça pode aderir a qualquer uma das comissões. Cada

>>



Praça Catalunya, Barcelona - Assembléia Geral em Sessão.

comissão ocupa um espaço onde os facilitadores, assumindo o lugar um do outro em torno do relógio, coordenam as reuniões. Se houver discordância, a questão é debatida na reunião seguinte. Se há uma questão que provoca divergências na Assembléia Geral, ela é devolvida à comissão, onde foi iniciada. As pessoas que estão em desacordo são convidadas a participar das reuniões para discutir as suas opiniões. Há uma equipe especial que trabalha em turnos para preparar a agenda das assembleias.

Esta “democracia real” é promovida, divulgada e ampliada através de redes sociais, em grande parte com base no *Facebook*, *Twitter*, vários *blogs*, a *web*, e um fórum *online*. A página da *web* publica, com 24 horas de antecedência, as atas de todas as comissões, bem como todos os temas importantes que serão votados na Assembleia Geral. No fórum *online* há debates paralelos aos da praça. O próprio povo decide sobre as questões mais importantes que caracterizam o movimento. Este foi o caso, por exemplo, na decisão de continuar a mobilização, apesar

da decisão do Tribunal Supremo e do Tribunal Constitucional a favor da retirada do acampamento.

Muitos sociólogos estão participando do Movimento 15 de maio. Nós não estamos ali para proporcionar aos cidadãos “a verdadeira” interpretação do que eles estão fazendo ou o que eles deveriam estar fazendo – uma posição claramente rejeitada pelo movimento. Mas nós também não estamos ali simplesmente para participar sem contribuir para o diálogo. Os cidadãos na praça querem que a gente traga o nosso conhecimento sociológico para a debates. Nós estamos lá para desenvolver uma abordagem dialógica para a democracia, colocando em prática uma sociologia pública que demonstra o valor de nossa ciência social a todos os que estavam reunidos e para além disso.

Houve defensores de “espontaneísmo” anti-sociológico que disseram que ninguém previu este movimento. Isso não é verdade. Nós fomos convidados em 12 de abril para lançar o que chamamos de uma revolução de baixo

para cima, com democracia direta e apelos feitos através da *Internet*. Um dos professores de sociologia insistiu na gravidade da situação econômica e política. Ele apontou para o exemplo dos movimentos na África do Norte para mostrar como as pessoas em diferentes lugares e enfrentando diferentes condições foram sonhando com a mesma revolução. Ele até mesmo colocou uma data no levante – algo em torno de 26 de abril e 31 de maio. A partir desse dia não paramos de nos organizar e difundir nossas crenças para provocar esta revolução.

Assim, os sociólogos têm agido de acordo com suas próprias previsões, contribuindo para as deliberações da “agora”, aproveitando a riqueza de seus conhecimentos disciplinares. Mas a “Revolução Espanhola” não somente tem se beneficiado de nossa sociologia, também tem contribuído para o enriquecimento da sociologia, para que sejamos mais capazes de compreender as condições de possibilidade da democracia dialógica.

# > Trabalho Global – Uma perspectiva sul-africana

Por Edward Webster, Universidade de Witwatersrand, África do Sul, primeiro Presidente do Comitê de Pesquisa da ISA em Movimentos Trabalhistas

**D**izem que o historiador inglês E. H. Carr teria observado que o que você vê depende de qual lado da montanha você está. Estou no extremo sul da África, em Johannesburg, a cidade de ouro. Johannesburg foi construída na primeira fase da globalização – a primeira grande transformação – no final do século XIX.

Nesta breve palestra, farei três coisas: (1) apresentar o contexto social para um entendimento do trabalho global de uma perspectiva do Sul; (2) discutir meu próprio trabalho sobre o impacto da reestruturação global sobre os trabalhadores; (3) sugerir uma maneira diferente de entender como um contramovimento poderia ser construído no Sul Global.

## > O contexto social

A ideia de solidariedade entre trabalhadores – ou seja, a ideia de que os fortes devem ajudar os fracos – remonta ao início do capitalismo industrial. É capturada no conhecido *slogan* de Marx: trabalhadores do mundo, uni-vos!

Na África do Sul, este chamado à unidade entre trabalhadores assumiu uma forma peculiar quando, na greve geral de 1922, trabalhadores brancos se mobilizaram com o *slogan* “trabalhadores do mundo, uni-vos por uma África do Sul branca”.

Os primeiros socialistas revolucionários que trouxeram a ideia de internacionalismo operário da Europa não conseguiram persuadir os trabalhadores brancos – os colonizadores – que seu destino estava com os trabalhadores negros – os colonizados. Os trabalhadores brancos defendiam sua posição alegando que seus salários estavam ameaçados por trabalho negro mais barato.

Esta segmentação da classe trabalhadora permanece o desafio central à construção da solidariedade entre trabalhadores – não há uma condição proletária homogênea, aqui ou em qualquer outro lugar do mundo. Assim como no final do século XIX, em muitas partes do mundo hoje, um emprego ruim é melhor do que não ter nenhum emprego!

Mas (e essa história precisa ser contada) os trabalhadores negros demoraram a ganhar seu direito de se organizar e se unir a um sindicato. Sua luta para obter reconhecimento para seus sindicatos foi longa e dolorosa, tendo em vista os empregadores intransigentes e um Estado do apartheid hostil e brutal.

Um fator importante em sua vitória foi a solidariedade internacional. A campanha para boicotar a África do Sul e impor sanções financeiras foi crucial para persuadir o

governo do *apartheid* a negociar com o Congresso Nacional Africano, sob a liderança de Nelson Mandela. A solidariedade mostrada, por exemplo, por trabalhadores portuários em São Francisco, quando se recusaram a descarregar navios sul-africanos, é um dos muitos exemplos de solidariedade internacional.

A vitória do Congresso Nacional Africano em 1994 foi precária, na medida em que ocorreu em um mundo em que o poder havia se deslocado decisivamente para o capital. A África do Sul estava sofrendo uma dupla transição. Por um lado, foi uma transição para a democracia, em que o movimento operário militante havia obtido direitos significativos; por outro lado, tinha entrado na economia global, onde a competição internacional estava forçando empregadores a reduzir custos e a produzir pelo preço chinês.

## > O impacto da reestruturação global

Para o trabalho, o processo da reestruturação global que começou com a vitória da democracia transformou o mercado de trabalho, criando uma força de trabalho cada vez mais insegura. É o que examinamos em nosso livro *Grounding Globalization*. Tomamos a produção de bens da linha branca – geladeiras, máquinas de lavar – como uma lente para mostrar como a competição internacional está criando maior insegurança entre trabalhadores nas três fábricas dos três países que estudamos

- Na Electrolux Austrália, encontramos resignação frente ao *downsizing*, amortecido pelo Estado de Bem-Estar Social;
- Na Coreia do Sul, trabalhadores da LG respondiam à competição trabalhando mais;
- Na África do Sul, trabalhadores se refugiavam na esfera doméstica, adotando várias estratégias de sobrevivência na economia informal.

Enquadramos o estudo nos termos da noção de Polanyi do duplo movimento, sugerindo que este período de globalização neoliberal poderia ser mais bem descrito como a segunda grande transformação. Encontramos modestos experimentos e iniciativas para proteger a sociedade contra o mercado desregulado, mas em geral suas respostas à reestruturação global foram localizadas. A única tentativa de desafiar a reestruturação global foi uma iniciativa dos trabalhadores da Electrolux em Orange, na Austrália, de globalizar sua luta. Por meio da *internet*, conseguiram estabelecer contato com trabalhadores da Electrolux em Greenville, uma pequena cidade em Michigan, nos Estados Unidos, e da sede da Electrolux na Suécia. Mas esta tentativa de construir solidariedade entre trabalhadores na produção fracassou. A liderança do sindicato sueco era próxima demais da gerência para não ver as vantagens de transferir a empresa para a China. Mas “fracassos bem-sucedidos” podem fornecer a

>>

base para o próximo passo na luta. Lembramos o boicote de ônibus de Montgomery mas, como Aldon Morris demonstrou, ele foi precedido por vários outros “mal sucedidos” e pouco lembrados boicotes.

### > As implicações para a solidariedade transnacional?

É útil, quando pensamos em solidariedade transnacional, distinguir entre três tipos diferentes de solidariedade.

Chamarei o primeiro tipo de humanitário. Estes são atos de solidariedade em defesa de vítimas de violações de direitos humanos – como vítimas de racismo ou trabalho infantil ou uma luta por reconhecimento sindical por um grupo de trabalhadores. Estes são motivados em grande parte por reivindicações morais e podem ser relativamente poderosos, como o bem sucedido movimento anti-*apartheid* demonstrou. Este tipo de solidariedade pode assumir a forma de um boicote de consumidores, ou campanhas, como a campanha contra Rio Tinto por direitos trabalhistas básicos. Estas campanhas são relativamente fáceis e baratas de organizar na era da *internet*.

Chamarei o segundo tipo de solidariedade transnacional de abordagem da produção. Aqui, atos de solidariedade são entre trabalhadores de fábrica a fábrica. Estes atos são os mais difíceis de organizar, como vimos no caso australiano – a internacionalização da produção criou uma lógica competitiva entre países. Se trabalhadores da GM entram em greve, outros fabricantes de carros venderão mais. Mas, a despeito destes obstáculos, há crescente coordenação de solidariedade transnacional na produção. Trabalhadores da Volkswagen se reúnem anualmente para coordenar suas demandas em fábricas da Volks na Alemanha, Brasil, Índia e África do Sul. Marinheiros são o primeiro setor a iniciar negociações coletivas globais. Inspectores da federação internacional de trabalhadores do transporte realizam inspeções em embarcações quando elas atracam em portos. Deste modo, pela primeira vez na história, conseguem definir um salário mínimo global no setor e garanti-lo para marinheiros de todo o mundo.

Estas novas formas de organização transnacional desafiam as formas convencionais de sindicalismo, baseadas nacionalmente, que prevaleceram no século XX. De acordo com um modelo mais antigo de solidariedade internacional, tais vínculos tendiam a ser canalizados por meio de departamentos internacionais especializados e se davam mais provavelmente entre os líderes das federações sindicais. A comunicação instantânea e direta por *e-mail* e *Skype* mudou tudo isto. Estas novas formas de ação transnacional são descentralizadas e tendem a ser tanto de baixo para cima quanto de cima para baixo.

Chamarei o terceiro tipo de solidariedade de abordagem regulatória. Esta abordagem não tenta aproximar trabalhadores da produção, mas tenta criar um corpo comum de *soft law* – direitos globais e padrões; o objetivo é regular o mercado, ao invés de substituir o mercado – para torná-lo, como disse Peter Evans, o servo da sociedade, e não o senhor.

Uma ideia inovadora que está sendo implementada no Sul Global é a ideia de um piso social global – um direito a pensão, acesso à saúde, auxílio maternidade e uma renda mínima básica, seja por meio de uma garantia de emprego ou um auxílio direto em dinheiro. Estas são inovações contemporâneas em política social em países como Brasil, Índia e África do Sul.

Estas novas políticas são o embrião de um contramovimento – mas é um contramovimento de cima; o Estado está intervindo na Índia por meio da NREGA para garantir a cada lar rural 100 dias de trabalho por ano. Dá a cada lar o direito ao trabalho, desde que tenham um cartão de emprego. Alguns podem considerá-lo um mero reformismo ou uma estratégia de cooptação – mas isto é ignorar o principal. Estes podem ser os primeiros passos numa longa trajetória de expansão estável do sistema de proteção social.

O ponto é que a globalização não é somente um constrangimento; é também uma oportunidade para a organização para além das fronteiras. A globalização acelerou o fluxo de um discurso baseado em direitos, e isto está levando a movimentos de base como vimos em meses recentes no norte da África.

Contudo, as organizações mais inovadoras que emergiram são redes transnacionais como StreetNet International. Baseada em Durban, StreetNet International reúne internacionalmente vendedores ambulantes para pressionar governos municipais pelo reconhecimento de seu direito de vender em espaços públicos.

A escolha não é entre se tornar global ou permanecer local, mas sim navegar entre o local e o global. Esta combinação do local e do global levou à emergência do que Sidney Tarrow chama de “cosmopolitanos enraizados”.

Ao conectar a produção globalmente por meio de cadeias globais de valor, as empresas se tornaram vulneráveis a novas fontes de poder. Um atraso na entrega de uma parte de motor fabricada na Coreia para uma linha de montagem na Austrália pode forçar empregadores na Austrália e Coreia a negociar. Isto não é tão diferente do desafio que Henry Ford encarou em Detroit na década de 1930. Novas fontes e formas de poder emergiram na era da globalização.

Se é prematuro chamar de globalização contra-hegemônica estas formas de ação, elas sacudiram nossa agenda de pesquisa, e nos desafiaram a repensar a relação entre o capital global e as Instituições Financeiras Internacionais, por um lado, e o trabalho global e os movimentos sociais, por outro. Esta agenda de pesquisa emergente irá requerer uma análise de múltiplos níveis para contribuir com a construção de um contramovimento global. ■



Trabalhadores da Construção civil de Pequim em seus dormitórios.

terras a baixos preços; também busca por trabalhadores chineses migrantes que sejam aplicados, habilidosos e bem educados, dispostos a trabalhar em condições desumanas, adequados para produções por demanda e que também sejam potenciais consumidores de produtos globais. O reposicionamento da China como a “oficina do mundo” fornece portanto a base para o surgimento de uma nova classe operária chinesa.

Foi amplamente reconhecido que trabalhadores de todo o mundo são colocados uns contra os outros em um jogo de “corrida para baixo”, sobre quem irá aceitar os salários e benefícios mais baixos e as condições de vida e de trabalho mais miseráveis. A SACOM (Estudantes e Estudiosos contra o Mal Comportamento Corporativo) – uma organização transnacional que visa vincular os estudantes às lutas trabalhistas – documentou abusos generalizados sobre os direitos de trabalhadores chineses por corporações transnacionais durante a década passada. Atrasos nos pagamentos, horas extras forçadas e excessivas, e condições de saúde e segurança terríveis são lugares comuns. Essa força de mercado capitalista global é de certo modo facilitada pelo Estado chinês pós-socialista, com suas medidas de restrição da liberdade de associação e do direito de greve.

#### > **Ativismo trabalhista de operários migrantes na China**

A China da era reformista testemunhou o desenvolvimento da diferenciação de classe, conflitos de classe e da polarização de classe. Desprovidas de canais institucionais para explicitar suas queixas, as classes subordinadas mobilizam agora protestos de massa para demonstrar seu descontentamento e resistir à opressão. Estatísticas oficiais revelam que, entre 1993 e 2005, o número de protestos em massa aumentou por todo o país de 10 mil para 87 mil casos – um acréscimo médio aproximado de 20% ao ano. Do mesmo modo, o número de participantes nesses protestos aumentou de 730 mil para mais de três milhões, e deve ser notado

## > Trabalho Global – Uma perspectiva chinesa

Por Pun Ngai, Universidade Politécnica de Hong Kong

**A**celeração da “reprodução ampliada” do capitalismo em uma escala global contribuiu para uma rápida transformação das relações de classe na China e no resto do mundo. Edward Webster (na presente edição da Diálogo Global) fala sobre a possibilidade de uma nova forma de solidariedade transnacional que poderia promover a unidade do movimento trabalhista mundial. Compartilho o mesmo sonho e gostaria de contextualizar os esforços locais na China em uma perspectiva global. Todos nós sabemos que o avanço da tecnologia e da informação cria fluxos de capital hiper-móveis, e a transnacionalidade do novo trabalho continua a esfacerar as relações de classe existentes. Contudo, a “despedida da classe operária” dos acadêmicos ocidentais ou o fim da “análise de classes” não tornaram as relações de classes obsoletas. Em vez disso, as questões de classe e dos conflitos de classe foram transferidas, com a fuga de capitais, para as sociedades do Terceiro Mundo, posicionando a China na linha de frente

da batalha.

#### > **O nascimento de uma nova classe operária na China**

Ao longo dos últimos 30 anos, o Estado reformista e o capital global conjuntamente transformaram a China na “oficina do mundo”, criando uma nova classe operária de algumas centenas de milhões. Aliados ao movimento trabalhista internacional, e desprovidos de otimismo, ainda assim devemos manter um espírito inabalável para confrontar esse pesadelo global. Se a China é hoje o sonho para o capital global à procura por novas formas de acumulação em ritmo e escala inimagináveis, defendo que ergueu-se simultaneamente um pesadelo global para as novas classes operárias. Esse é apenas o início de sua luta.

Nos últimos anos, o termo “oficina do mundo” foi usualmente empregado para descrever a capacidade da China para a produção global. Quando o capital global é realocado para a China, ele não está apenas procurando por trabalho barato e

que 75% desses protestos foram iniciados por operários e camponeses. Essas manifestações não aumentaram apenas em número, mas também em tamanho médio, alcance social e grau de organização.

O aumento da polarização das relações de classe na China manifestou-se nos conflitos trabalhistas, atualmente intensificados, e na proliferação do ativismo trabalhista. Lutas coletivas, como manifestações por pensões, bloqueios de estradas por furiosos trabalhadores que não foram pagos, e ações legais coletivas contra compensações ilegais deixaram de ser notícias exóticas. Seja em empresas privadas, estrangeiras ou estatais, os protestos estão se tornando mais conflituosos, e algumas vezes os manifestantes chegam a atacar prédios do governo, redundando em confrontos violentos com a polícia. Há evidência ampla de que trabalhadores migrantes tornam-se mais pró-ativos na defesa de seus direitos, e eles mobilizam ações de variados tipos, individuais e coletivas, diretas e legais. Isso significa que as ações coletivas de trabalhadores migrantes não se restringem ao uso de meios institucionais e legais estabelecidos para a defesa de seus interesses. Eles também estão passando por um processo de “radicalização”, por meio de suas greves, ações de rua e protestos. Apesar do cerceamento do desenvolvimento de uma força de trabalho organizada, greves nas fábricas, paralisações do trabalho, negociações coletivas sobre salários, divulgação de reclamações coletivas, ações elaboradas para angariar exposição na mídia ou até ataques contra aparatos estatais são meios comuns empregados por trabalhadores migrantes para expressar suas insatisfações e exigir mudanças.

### > O desafio para a luta trabalhista

É óbvio que existem barreiras estruturais que constroem a luta da nova classe trabalhadora chinesa. Já argumentei que essa nova classe passou por um processo sem fim de (semi-)proletarização, mas a nova geração está agora experimentando um tremendo “invólucro espiritual” nas cidades industriais onde trabalham.

A história mundial do trabalho nos

mostra que a formação e a maturidade da classe trabalhadora enraízam-se normalmente entre a segunda e a terceira gerações de trabalhadores rurais que foram trabalhar em cidades industriais. Esse é o processo de proletarização, que transforma trabalhadores da agricultura em operários industriais pela privação de seus meios de produção e subsistência; de fato, esse tema perpassa a história do capitalismo mundial. Como resultado, o destino dos trabalhadores depende do processo de acumulação do capital e da extensão da mercantilização do trabalho. Esses trabalhadores não possuem nem controlam as ferramentas que utilizam, as matérias-primas que processam, ou os produtos que produzem.

Quando a China se transformou na fábrica mundial e se tornou uma sociedade industrializada contemporânea, ela reordenou um fenômeno comum na história mundial do capitalismo. O especial sobre a China é seu peculiar processo de proletarização: com fins de incorporar o sistema socialista chinês à economia global, as autoridades chinesas criaram o sistema *hukou* de registro que, como o sistema da lei do passe do *apartheid* da África do Sul, chamou trabalhadores rurais para trabalhar na cidade, mas sem permanecerem na cidade. Para a nova classe trabalhadora chinesa, a industrialização e a urbanização ainda são dois processos altamente desconexos, uma vez que muitos operários-camponeses foram privados da oportunidade de viver onde trabalham ou trabalhar onde vivem. Os governos urbanos locais não foram incentivados a assumir a iniciativa de conciliar as necessidades do consumo coletivo dos trabalhadores, em termo de habitação, educação, atendimento médico e outras provisões sociais. Os trabalhadores migrantes rurais foram barrados *de jure*, mas não *de facto*, de viver em centros urbanos pelo sistema *hukou* e por barreiras de classe que garantiam que trabalhadores migrantes com salários miseráveis seriam impossibilitados de se estabelecer em comunidades urbanas. Em suma, o processo de proletarização de camponeses chineses foi moldado por uma separação espacial entre a produção em áreas urbanas e a reprodução no campo. Tal separação

de esferas, contudo, foi cedendo lugar para o surgimento de um regime laboral dormitório, que oferece uma nova combinação de trabalho e “lar”, refazendo arranjos capitalistas anteriores de trabalho-e-residência, mas que continua a segregar o trabalhador da cidade.

O modelo resultante é uma proletarização inacabada, que leva a um sentido mais profundo de tornar-se incompleto, isto é, de tornar-se *nongmingong* (um trabalhador “quase” ou “semi” inserido no mundo industrial). O indivíduo, sofrendo de uma sensação de inadequação, é sujeito a um “vaguear” forçado. Os portões do mundo urbano e industrial permanecem fechados à segunda geração de trabalhadores migrantes. O *nongmingong* não teve para onde ir nem onde ficar, como é expresso no poema trabalhista: “Você diz que sua vida é destinada a um estado de pelambulância” e escolheu esse caminho de tornar-se ninguém porque você não é nem um *nongmin* (camponês) nem um *gongren* (operário). “Nunca se arrependa, Mesmo que tenha que sofrer tremendas dificuldades”. Esse é o lema da nova geração de trabalhadores *dagong*, que tentam superar sua experiência de incompletude.

### > Conclusão

Em resumo, o processo de proletarização na China da era das reformas criou uma nova classe trabalhadora, progressivamente mais consciente e preparada para participar de várias formas de ação coletiva. A “inclusão” da segunda geração de trabalhadores migrantes alimentou uma epidemia de greves espontâneas no sul da China.

Foram observados o sentido do *self*, a ira e a ação coletiva da segunda geração de trabalhadores camponeses, e notou-se que tais trabalhadores estão rigidamente posicionados no centro de uma rede de controles e dominações, em que devem negociar e articular seus próprios interesses. Apesar das barreiras estruturais, a nova classe trabalhadora evoca um conjunto de formas de insurgência cotidianas e coletivas que ameaçam as forças do capital e tornam o Estado ainda mais determinado a subjugar-las. ■



# > Trabalho Global – Uma Perspectiva Mexicana

Por Enrique de la Garza, Universidade Autônoma Metropolitana, Cidade do México

**E**dward Webster coloca uma questão clássica, porém atual: se, juntamente à globalização do capital, uma globalização do trabalho como movimento social é possível e, nesta conexão, qual é o significado da constituição de outras identidades e solidariedades.

Embora Webster enfoque o “Sul”, acredito que sua análise se estende para além das velhas dicotomias desenvolvimento / subdesenvolvimento, e não só porque países desenvolvidos, como a Austrália, também existem no Sul, mas porque os países do Norte contêm neles aspectos do Sul. Ainda assim, a questão básica corretamente aborda como superar a fragmentação entre trabalhadores, fragmentação que se origina de diferenças de etnia, religião, nacionalidade e, acima de tudo, de diferenças em tipos de ocupação (formal versus informal; assalariados versus não-assalariados; trabalhadores em cadeias globais versus aqueles em microempresas; trabalhadores das empresas principais versus trabalhadores subcontratados etc.). Neste sentido, Webster tem razão ao afirmar que fortes pressões globais sobre as empresas para reduzir custos e ser competitivas resultam em sentimentos de impotência e resignação entre trabalhadores, levando muitos a aceitar a perda de direitos e proteções como uma estratégia de sobrevivência. Esta estratégia pode também resultar da fragmentação de identidades.

Contudo, algumas lições ainda podem ser aprendidas da história:

1. A tese da fragmentação das identidades, seja devido à nova heterogeneidade das ocupações (Claus Offe) ou às trajetórias de trabalho divergentes (Zygmunt Bauman), acaba sendo superficial pois sempre houve heterogeneidade em ocupações, empresas, ramos, assim como divisões regionais, nacionais ou internacionais. (Os afiliados da Primeira Internacional eram mais homogêneos em suas ocupações? As Frentes Populares do passado, ocasionalmente lideradas por sindicatos, eram exemplos de homogeneidade ocupacional?) O processo de constituição de identidades, ações coletivas e movimentos sociais não depende somente das posições dos atores em estruturas ocupacionais. É claro, as estruturas sociais dão origem à construção coletiva de diferenças, mas as identidades sociais também derivam de interações sociais, movimentos sociais, cultura e subjetividades incrustadas.

2. Do ponto de vista dos trabalhadores, vínculos internacionais no sentido material já existem nas cadeias globais de valor, incluindo conflitos atuais sobre subcontratação e, em particular, *off-shoring*. Contudo, este vínculo material tampouco garante solidariedade, embora exemplos positivos existam.



Metalúrgicos canadenses apoiam mineiros mexicanos e metalúrgicos.

3. Há um número enorme de trabalhadores fora das cadeias globais de valor: formais e informais, assalariados e não-assalariados, e trabalhadores tradicionais e não-tradicionais. É necessário perguntar se um movimento global pode ser criado a partir de uma identidade de exclusão compartilhada.

No caso da América Latina, os problemas são semelhantes aos mencionados por Webster. Em cada caso, é necessário especificar a importância do setor informal, que não está sujeito às leis trabalhistas. De acordo com a nova definição da Organização Internacional do Trabalho, a porcentagem de trabalhadores em países latinoamericanos em ocupações informais ou que não dispõem de proteções do trabalho em empresas formais varia de 40 a 70% da força de trabalho. O setor informal inclui grandes empresas assim como pequenas, mas é especialmente proeminente entre empresas com menos de cinco trabalhadores. Tais microentidades constituem a maioria das empresas em todos os países da América Latina. Neste setor, parte da força de trabalho é assalariada, mas muitos trabalham por conta própria ou sem receber pagamento em empresas familiares. Os empregados pagos por comissão também devem ser incluídos nesse setor. Neste momento, as lutas por regulação do trabalho neste setor são muito importantes. A posição dos trabalhadores em cadeias internacionais de valor é também uma questão, colocando o problema da relação entre trabalhadores das empresas principais e grupos de trabalhadores subcontratados.

Assim como as diferenças ocupacionais, a legislação trabalhista e as políticas de organização dos trabalhadores variam de acordo com os países. Com relação à legislação trabalhista, a região pode ser dividida entre países que continuam a aplicar um modelo neoliberal ortodoxo (México e Colômbia são exemplos notáveis) e aqueles em que políticas alternativas lideradas pelo Estado são tentadas (por exemplo, Argentina, Uruguai, Venezuela, Bolívia, Equador e Brasil). O declínio da força dos sindicatos e dos direitos dos

trabalhadores é notável no primeiro grupo. No segundo, há alguma revitalização dos sindicatos e da proteção aos trabalhadores. Durante a década de 1990, quando um duro neoliberalismo se consolidou em quase todo o subcontinente, trabalhadores sofreram perdas notáveis em proteção. Contudo, com o alvorecer de um novo século, sua sorte começou a mudar numa direção positiva em muitas partes da região. Ainda assim, enquanto algumas legislações nacionais preveem direitos de sindicalização de trabalhadores não-assalariados, outras não prevêem.

Algo semelhante ocorre com as políticas dos sindicatos. Enquanto alguns sindicatos não oferecem resistência significativa às políticas neoliberais, outros são bastante beligerantes em sua oposição. Além disso, alguns sindicatos estão muito comprometidos com uma definição restritiva de trabalho, limitando-o ao trabalho assalariado, enquanto outros estão abertos a uma definição muito mais ampla. As mais importantes expressões de solidariedade internacional, embora incipientes, são por meio de grandes confederações globais, de secretariados de filiais, de acordos específicos entre confederações de diferentes países, de campanhas sobre problemas específicos, e usando alguns acordos inter-governamentais, como aqueles da OIT ou outros ligados a

acordos comerciais.

Em outras palavras, as formas já existentes de solidariedade de tipo internacional mencionadas por Webster são importantes: a humanitária e as abordagens da produção e regulatória. Contudo, é possível que o impacto mais importante da “liquefação” das ações coletivas e identidades não precisa ser buscado na estrutura das ocupações ou nas trajetórias de trabalho fluidas, ou mesmo estritamente nas pressões de mercado globais, mas sim na perda de utopias de trabalhadores. Essas utopias comunistas, socialistas, anarquistas ou mesmo social-democratas, que existiram ao lado de certas condições materiais e que impulsionaram o compromisso com alternativas à sociedade capitalista, geralmente não foram renovadas ou substituídas por outras.

No máximo, reformas factíveis podem ter aparecido dentro do mesmo sistema neoliberal, como nas três formas de solidariedade de Webster. Elas são limitadas, por exemplo, pela regulação do sistema financeiro, ou por uma projeção anacrônica do Estado Benfeitor ao nível global, como o Fórum Social Mundial. Parece não haver ainda a confluência de sentimento e pensamento que se traduz em projetos globais, nem de caráter intelectual ou no plano material. ■

## > Carta do Egito: Sobre a Técnica de Rolagem de Esterco



| Coleta de esterco.

**A** cabo de ter notícias de um de meus ex-alunos que está trabalhando em Juba, no Sudão do Sul, que escreveu: “*Eu tento explicar a técnica ‘bola de neve’ de coleta, o que é um pesadelo para os africanos que não têm idéia do que seria uma bola de neve.*”

Eu então descrevi o processo de rolar uma bola de neve, e sobre como ela se torna maior e maior, e o questioneei se havia qualquer coisa com a qual eles são familiarizados que, quando rolada, aumenta progressivamente de tamanho. Desse modo poderíamos dar um nome africano à técnica de coleta por “bola de neve”

Após um longo silêncio, um dos estagiários disse em voz alta, ao fundo: “*É assim que nós rolamos esterco de vaca.*”

Então, a técnica de bola de neve é agora a “técnica de ‘rolagem de esterco de vaca’”.

Uma reflexão que vocês podem querer compartilhar com colegas da ISA, particularmente Michael Burawoy.

Lembranças,

**Ray Jureidini**  
**Centro para Migrações e Estudos de Refugiados,**  
**Universidade Americana do Cairo**

## > Apresentando a Equipe Editorial Paulista

**Em cada número apresentaremos uma das equipes editoriais que colaboraram na tradução e na produção da Diálogo Global.**



*Os jovens Paulistas – Da esquerda para a direita: Juliana Tonche, Andreza Galli, Pedro Mancini, Renata Preturlan, Fábio Tsunoda, Dmitri Fernandes e Gustavo Taniguti.*

**É** um prazer apresentar nossa equipe de editores regionais brasileiros aos leitores da Diálogo Global ao redor do mundo. Além disso, estamos muito felizes por trabalharmos numa publicação que vem contribuindo de forma decisiva ao intercâmbio de experiências e informações na sociologia dos mais diferentes locais. Esperamos que este espaço de diálogo possa crescer ainda mais. A seguir apresentaremos um breve resumo das atividades de nossos membros, também conhecidos como “A Equipe Paulista”.

**Andreza Tonasso Galli** é bacharel em Relações Internacionais pela Universidade de São Paulo (USP). Atualmente é mestranda do Departamento de Sociologia (USP), onde pesquisa relações de raça e o movimento negro. Ela também participa do projeto de extensão da universidade “Educar para o Mundo”, que lida com educação popular, imigração e direitos humanos.

**Dmitri Cerboncini Fernandes** é bacharel em Ciências Sociais (2004) e doutor em Sociologia (2010) pela Universidade de São Paulo (USP). Em 2008 concluiu estágio na École des Hautes Études en Sciences Sociales de Paris, França. Atualmente está desenvolvendo pesquisa de pós-doutoramento em História Social na USP sobre as relações entre as representações simbólicas que envolvem o gênero musical samba e a política de afirmação cultural negra nos anos 1970.

**Fábio Silva Tsunoda** é bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista (UNESP/ Marília) e atualmente é mestrando em Sociologia (USP), onde realiza pesquisas sobre militantes por direitos humanos no Brasil pós-ditadura militar.

**Gustavo Takeshy Taniguti** é bacharel em Ciências Sociais pela Universidade de São Carlos (UFSCar) e atualmente realiza doutorado em Sociologia (USP). Ele vem desenvolvendo pesquisas sobre a imigração japonesa no Brasil e tem, também, experiência em sociologia do trabalho, sociologia econômica e imigração. Ele é membro do corpo editorial da Plural, revista de ciências sociais, e é pesquisador em antropologia do grupo “Núcleo de Antropologia Urbana” (NAU-USP).

**Juliana Tonche** é bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), onde também obteve seu título de mestre. Hoje, é estudante de doutorado em Sociologia na Universidade de São Paulo com foco em iniciativas restaurativas na justiça. Seus interesses são administração de conflitos e a sociologia da punição. Ela é também membro dos seguintes grupos: Núcleo da Antropologia do Direito (USP), Grupo de Estudos da Violência e Administração de Conflitos (UFSCar).

**Pedro Felipe de Andrade Mancini** é bacharel em Ciências Sociais pela USP, onde também está finalizando seu mestrado em Mídias Sociais, mais especificamente sobre a sociabilidade em realidades virtuais. No mais, ele é membro do corpo editorial da Plural, a revista de sociologia dos estudantes de pós-graduação da USP.

**Renata Preturlan** é estudante de mestrado em Sociologia na USP, pesquisando atualmente a imigração boliviana em São Paulo. Ela é bacharel em Relações Internacionais na USP. É membro do Grupo de Estudos de Imigração no Laboratório de Antropologia Urbana e do projeto de extensão “Educar para o Mundo”. ■



Islã encontra a Sociologia - Dr. Seyed Mohammad Saghafi, um notável clérigo da Universidade Azad com Dr. Gholamabas Tavasoli, decano da Sociologia iraniana.

## > Sociologia do Oriente Médio em movimento

Por Syed Farid Alatas, Departamento de Sociologia, Universidade Nacional de Cingapura

O primeiro do que pode vir a ser uma série de encontros regionais a respeito da sociologia no (e sobre o) Oriente Médio teve lugar em Teerã, em 28 e 29 de maio de 2011. Intitulado “Conferência Regional sobre Pensamento Social e Sociologia no Oriente Médio Contemporâneo”, o encontro reuniu sociólogos árabes, iranianos e turcos da região, e de mais outros lugares. A conferência foi organizada pela Associação Iraniana de Sociologia em colaboração com a Associação Internacional de Sociologia e apoiada pela Fundação de Istambul para a Ciência e Cultura, pela Biblioteca Nacional e Arquivos da República Islâmica do Irã, pelo Instituto para o Estudo da Religião e Pensamento em Mashhad, pelo Centro para Estudos Científicos Internacionais e Colaboração, e pela Faculdade de Ciências Sociais, das Publicações Jamee-Shenasan. Cerca de cinquenta trabalhos foram apresentados durante os dois dias, a metade deles em persa.

As palestras de abertura foram feitas por Michael Burawoy e pelo decano em sociologia iraniana Gholamabas Tavasoli. Burawoy direcionou suas observações para o que a conferência sentiu ser um aspecto importante, isto é, o estabelecimento de uma sociologia regional no Oriente Médio. Espera-se que tal sociologia compreenda processos não somente dentro das nações, mas também entre elas. Burawoy viu o Oriente Médio como um teste à possibilidade de uma sociologia global, na medida em que a região pode

contribuir para a universalização da sociologia. Tavasoli, basicamente em harmonia com a posição de Burawoy, chamou a atenção para perspectivas alternativas no pensamento social, enfatizando, por exemplo, que existem idéias na sociologia, como a de sociedade civil, que têm suas origens num Irã pré-islâmico ou islâmico, e não apenas na Grécia.

Discussões da sociologia no Oriente Médio geralmente avaliam de forma crítica o estado da sociologia e enfatizam a necessidade de considerar alternativas do Oriente Médio para as tradições ocidentais. Esta conferência não foi uma exceção. Diversos trabalhos, de Tina Uys, Sari Hanafi, Michael Kuhn e Ebrahim Towfigh discutiram o estado problemático da sociologia no Oriente Médio como o Orientalismo ou a dependência acadêmica. Os participantes foram rápidos em apontar, entretanto, que o objetivo não era se envolver em críticas ao ocidente, mas fazer boa sociologia. Isto significa estender nossos horizontes para além do conhecimento gerado no ocidente e incluir o Oriente Médio e outras regiões como fontes de conceitos e teorias. De fato, freqüentemente se ouvem chamados por sociologias indígenas ou alternativas. Foi reconfortante que esta conferência não somente discutiu essas reivindicações, mas também apresentou exemplos de fontes do Oriente Médio para o pensamento social. Sait Özervarli, Mohamad Tavakol e Seyyed Javad Miri discutiram as obras de uma galáxia de pensadores

iranianos e turcos dos séculos XIX e XX e advertiram para que os conteúdos de seus pensamentos fossem seriamente considerados para o estabelecimento de uma sociologia do Oriente Médio. Além disso, a fonte da sociologia do Oriente Médio não era para ser restrita a um pensamento social estreitamente definido, mas deveria ser estendida à literatura, como ressaltado por Biuk Mohammadi. Uma sociologia dessas não negligencia o pensamento ocidental, mas criativamente o assimila. Özervarli revelou como isso foi feito por muitos pensadores otomanos do século XIX.

Outra questão, central para as discussões da sociologia no Oriente Médio, é a relação entre o Islã e a sociologia. Baseado em sua vasta experiência de ensino e pesquisa nesta área, Riaz Hassan discutiu com o que um curso de sociologia do Islã deveria se parecer. Isto inevitavelmente levanta a questão sobre se havia um conflito entre as abordagens teológica e sociológica, sobretudo quando se tratava da explicação das origens do Islã. O trabalho de Sara Shariati discutiu esta relação problemática em detalhes e, ao fazê-lo, claramente se distanciou da idéia de uma sociologia islâmica. Ao mesmo tempo, a conferência incluiu também apresentações de vários clérigos que desenvolveram a idéia de uma sociologia islâmica, e apresentaram uma posição mais hostil em relação à sociologia ocidental.

Muitos dos participantes estavam entusiasmados com a idéia de continuar a se encontrar anualmente ou semestralmente. Estão em curso planos para organizar a próxima conferência sobre o pensamento social no Oriente Médio em Istambul, possivelmente em 2011. Em consonância com o espírito crítico da conferência, contudo, foi sugerido também que o termo “Oriente Médio” fosse descartado, já que ele é inadequado para se referir à região do ponto de vista de, como o estudante holandês de comércio e sociedade coloniais J. C. Van Leur disse certa vez: “o convés do navio, as muralhas da fortaleza, a galeria superior da casa de comércio”. ■



Hicham Yezza and Rizwaan Sabir do lado de fora da biblioteca em que ocorreu o controverso episódio do Manual da Al-Qaeda

## > Ataque à liberdade acadêmica: o caso da denúncia de Nottingham

Por Alf Gunvald Nilsen, Universidade de Bergen, Noruega

**N**a Universidade de Nottingham (UoN), acontecimentos recentes sugerem que a liberdade acadêmica – a liberdade de se realizar pesquisas e apresentar seus resultados ao público sem temer uma ação disciplinar, demissão ou violações de nossas liberdades civis – pode muito bem ter se tornado mera retórica na chamada era de “guerra ao terror”.

No dia 4 de maio deste ano, o Dr. Rod Thornton, um antigo soldado Britânico e especialista em terrorismo internacional e de contra-insurgência, foi suspenso de seu trabalho como professor da Faculdade de Política e de Relações Internacionais (SPIR), UoN. A suspensão foi resultado de o Dr. Thornton ter publicado um [artigo](#) no qual ele afirma que os mais elevados escalões da UoN foram responsáveis diretos pela prisão errônea de dois inocentes muçulmanos – Rizwaan Sabir, um estudante de mestrado na SPIR, e Hicham Yezza, um membro da equipe na Faculdade de Línguas Modernas e editor do jornal político [Ceasefire](#) – como suspeitos de terrorismo há três anos, em maio de

2008.

Os dois foram mantidos encarcerados por seis dias e depois liberados sem acusação formal. As prisões se seguiram à descoberta efetuada por um dos colegas de Yezza de um documento intitulado “O Manual de Treinamento da Al Qaeda” e de dois artigos acadêmicos no computador de seu escritório. [Sabir](#) em princípio baixou os documentos para sua dissertação de mestrado sobre o Islã radical e então os enviou a seu amigo Yezza para que ele tomasse conhecimento de tais materiais. Basicamente, Sabir havia obtido o “Manual da Al Qaeda” do site do Ministério da Justiça dos Estados Unidos.

Em seu artigo, o Dr. Thornton detalha como, em vez de levar a cabo uma avaliação da periculosidade dos documentos que foram encontrados – algo que a UoN é obrigada a efetuar de acordo com procedimentos legais – a direção da universidade preferiu contatar diretamente a polícia. Conseqüência desse ato, os dois homens inocentes foram presos. E não só isso: o Dr. Thornton também

mostra como, após a liberação deles, a direção da universidade empenhou-se num esforço arranjado tanto para desacreditar os dois e seus defensores dentro da universidade, quanto para silenciar suas reclamações, alegando que o material de pesquisa era ilegal e as prisões fundamentadas.

[A UoN](#) classificou os argumentos do Dr. Thornton como “sem base”, e manifestou que seu relatório difamava os colegas. Contudo, a UoN não forneceu ao público um único traço de evidência que escorasse suas afirmações. Em outras palavras, o propósito da suspensão do Dr. Thornton parece ser o de [silenciar um denunciante](#).

O artigo do Dr. Thornton aparece como um relatório meticulosamente delineado, que colige sólidas evidências em suas afirmações. Com mais de 112 páginas, ele submete à análise forense o arsenal de comunicações internas da universidade reunidas durante um período de três anos sob o Ato de Informação da Liberdade. Também é interessante esclarecer que antes de publicar o artigo, Thornton percorreu exaustivamente todas as vias internas possíveis para apresentar as queixas contra a UoN.

É exatamente por esta razão que o relatório do Dr. Thornton e sua crítica à UoN e sua conduta não merecem ser interpretados como outro ataque à liberdade acadêmica. Se a justiça for feita neste caso, o Dr. Thornton deverá ser imediatamente reconduzido, e a UoN deve submeter a uma sindicância pública independente os argumentos apresentados por ele contra a universidade.

Por favor, junte-se a [Noam Chomsky](#) e outros na defesa dessa causa assinando a petição [S.W.A.N.](#) em <http://www.thepetitionsite.com/1/support-whistleblower-at-nottingham/>. ■